

Economia da Zona da Mata de Pernambuco: Algo de Novo? Mais do Mesmo?

João Policarpo Rodrigues Lima - Departamento de Economia da UFPE)

Sylas Ferreira - UFPE)

Malu Pinto - UFPE)

Resumo

Este trabalho examina o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar aspectos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatisfatórios de qualidade de vida da sua população. O espaço da Zona da Mata é objeto do processo de acumulação de capital, concentrado na agro-indústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de seus mercados, particularmente do mercado internacional. Ao lado disso, observa-se também, movimentos de valorização de capital em alguns espaços urbanos da região, atraídos pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o Complexo Industrial Portuário de Suape como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas e que tendem a provocar mudanças qualitativas na base econômica da região.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento local; 2. Zona da Mata-PE; 3; Agroindústria canavieira

1. Introdução

A economia da Zona da Mata do Nordeste é sabidamente dominada pela produção de cana-de-açúcar e de seus derivados desde a constituição daquela que veio a ser denominada por Furtado (1959) a “primeira grande empresa colonial agrícola europeia.” Desde então vem enfrentando momentos de expansão e declínio, acompanhando a evolução do mercado do açúcar e, mais recentemente, do álcool, bem como refletindo o comportamento de seus agentes econômicos, ou seja, fornecedores de cana e usineiros.

Durante décadas, ou séculos, os chamados agentes econômicos da Zona da Mata nordestina, embora apresentando heterogeneidades, vêm demonstrando traços de continuidade, lado a lado com algumas mudanças, sendo estas, em geral, mais lentas e menos profundas. Sem dúvida, surpreende a continuidade da hegemonia da agroindústria canavieira, tendo em conta as freqüentes fases de declínio historicamente observadas. No período colonial, os primeiros momentos de dificuldades foram postos pela saída dos holandeses do Nordeste e subsequente iniciativa dos mesmos de produzir açúcar nas Antilhas, com o estabelecimento de uma concorrência antes inexistente. Apesar de sentir o golpe, a estrutura produtiva de então foi capaz de sobreviver, embora definhando lentamente (Furtado, 1959), com base nos baixos custos variáveis da mão-de-obra escrava e na abundância de terras, sem grandes modificações estruturais. Nas Antilhas, a produção de açúcar ganhou dinamismo com novas variedades de cana, maquinaria mais avançada, novos métodos de produção, novos derivados de cana como o rum, o que lhe conferiu vantagens significativas de custos de produção (Carvalho, 2002). Após a independência, este segmento vai acumular forças organizativas para se manter ativo e para obter o suporte do Estado quando ameaças e oportunidades se fizeram presentes (Lima, 1988). E o suporte estatal assumiu proporções diferenciadas

com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, num momento de crise de superprodução, onde conflitos diversos colocavam em lados opostos produtores do Nordeste e do Sudeste, ao lado de disputas entre fornecedores de cana e usineiros. Estabelece-se assim uma intervenção bastante abrangente no setor, que envolvia, entre outras coisas, o estabelecimento de quotas de produção por unidade produtiva e por regiões, regulando-se ainda as exportações e os preços internamente.

Nesse modelo de intervenção, conforme Carvalho (2002: 267):

“A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preço para a cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente em sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos em que a diferença de custo entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas, como a nordestina.”

Esse esquema de proteção, enquanto eliminava riscos e garantia lucros aos produtores gerava também a acomodação e podava os mecanismos da concorrência intercapitalista, o que afetou mais o ramo nordestino, menos eficiente e sujeito a condições menos favoráveis do ponto de vista do regime de chuvas e da topografia.

Nesse contexto, a extinção do IAA, em 1990, desnuda a menor eficiência de boa parte das unidades produtivas do Nordeste e lhes retira a rede de proteção. Em meio a esse novo ambiente, com a maioria das empresas industriais envolvidas em elevado nível de endividamento e com menor competitividade frente ao ramo do Centro-Sul, as empresas nordestinas foram expostas à concorrência e passaram por um processo de reestruturação, que levou ao fechamento de várias unidades e à concentração da produção, juntamente com a modernização de unidades industriais e a práticas gerenciais mais adaptadas ao jogo da concorrência intercapitalista.

“O resultado disso é o fechamento de 35 unidades produtivas de açúcar e álcool no Nordeste entre 1991/92 e 1999/2000. Isso implica redução de cerca de 31% das unidades nordestinas, enquanto no Brasil observou-se, no mesmo período, redução de pouco menos de 17% (Nascimento, 2001), o que mostra a maior concentração de problemas nessa região. “ (Lima e Sicsú, 2002: 292)

“Embora ainda concentre o maior número de unidades produtoras de açúcar e álcool na região, o Estado de Pernambuco também concentrou, em termos nacionais, as perdas de usinas e destilarias que deixaram de funcionar, caindo de 42 para 28 (-14) o número delas, entre 1991/1992 e 1999/2000. Alagoas vem em seguida nesse ranking com uma perda de 11 unidades produtivas (Nascimento, 2001).” (Lima e Sicsú, 2002: 292/3)

Vale realçar, no entanto, que essa situação mais desfavorável no Nordeste deu lugar a reações diferenciadas, tendo o ramo alagoano buscado algumas estratégias de superação das dificuldades que envolveram a introdução de inovações tecnológicas com vistas à diferenciação de produtos, à diversificação produtiva (mel rico invertido, co-geração de energia, complementaridade com a pecuária, irrigação, mecanização, novas variedades de cana, etc (Carvalho, 1999). Em Pernambuco, onde as condições de produção são menos favoráveis à mecanização, também podem ser notadas diferenciações com a introdução de alguns avanços tecnológicos e gerenciais (aproveitamento de áreas de várzeas, irrigação suplementar, otimização de processos produtivos, práticas de gestão profissionalizada etc) (Lima e Sicsú, 2002). Mais recentemente, tais movimentos inovativos vêm se tornando mais frequentes e abrangentes notando-se uma menor dispersão no quadro dos rendimentos agrícolas e da eficiência do parque industrial em Pernambuco (Sicsú, Kelner e Ferreira, 2010).

Em meio a essas transformações das unidades de produção de açúcar e álcool, a Zona da Mata de Pernambuco experimentou, concomitantemente, algumas mudanças. Com isso expectativas variadas foram sendo formadas sobre o sentido das mesmas e sobre sua profundidade. Trata-se aqui da tão esperada diversificação produtiva que colocaria em relevo a possibilidade de avanços sociais mais generalizados no nível de vida da população, avanços que não foram observados até aqui com a soberana hegemonia da atividade canavieira.

A reestruturação e diversificação da economia da Zona da Mata nordestina e pernambucana, diga-se, já era preconizada e recomendada no chamado Documento do GTDN, grupo de trabalho comandado por Celso Furtado, que terminou dando origem à Sudene. Em momentos diversos essa orientação pareceu ganhar musculatura para decolar, mas até aqui esses movimentos terminaram sendo abortados, seja por articulações políticas de usineiros e fornecedores de cana, seja pela ação das chamadas forças do mercado.

Não cabe aqui relatar tais situações específicas, mas vale lembrar que a última oportunidade mais concreta de vir a ocorrer uma mudança mais significativa na direção da diversificação da base produtiva deu-se nos anos 1990, tendo em vista que a extinção do IAA deixou a maioria das unidades produtivas (usinas e destilarias) em condições financeiras vulneráveis, com elevado nível de endividamento com bancos oficiais e com passivos trabalhistas vultosos. Diante disso, propostas de negociação dos débitos trabalhistas e das dívidas bancárias foram elaboradas, tentando promover articulações a favor da cessão de terras de usinas e destilarias endividadas para fins de reforma agrária. Apesar de contar com boa parte dos ingredientes a favor, essa via terminou não prosperando.

Por outras motivações, entre as quais se destaca a atuação dos chamados movimentos sociais, a reforma agrária na Zona da Mata pernambucana terminou avançando e, conforme será visto mais adiante, há hoje um número significativo de assentamentos de reforma agrária que teriam, em princípio, mais propensão à diversificação, substituindo a cultura da cana-de-açúcar por culturas alimentícias, mais condizentes com o perfil da pequena produção familiar. Ocorre, entretanto, que mesmo nos assentamentos de reforma agrária a cultura da cana continua se impondo como uma alternativa relativamente mais favorável do ponto de vista do retorno econômico e assim a diversificação também não avançou, até aqui pelo menos, por essa outra via.¹

Tendo em vista o exposto, parece fazer sentido examinar mais de perto o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar possíveis aspectos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências e ao mesmo tempo de analisar eventuais fatores que porventura estejam influenciando, a favor ou contra, mudanças mais efetivas que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatisfatórios de qualidade de vida da população que habita nessa região. Essa é a proposta deste artigo e ao longo das próximas seções serão vistos os dados mais caracterizadores do panorama da economia da região, tentando-se de forma concomitante encontrar possíveis explicações para o comportamento da mesma.

Conforme será exposto, o espaço produtivo da Zona da Mata pernambucana é objeto de atuação do processo de acumulação de capital, o qual concentra-se na atividade econômica predominante, ou seja, a agro-indústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de

¹ Sobre isso, ver, por exemplo, Silva Junior e Machado (2008), Pereira e Sousa (2002), bem como comentários feitos ao longo deste trabalho. Note-se que também não houve, até aqui, pelo menos, melhora mais expressiva nas condições de vida da população envolvida.

seus mercados, particularmente do mercado internacional onde os preços de suas *commodities* são determinados. Ao lado disso, observa-se também, ainda de forma incipiente, movimentos de valorização de capital em alguns espaços urbanos da região de forma articulada com algumas cadeias produtivas que, aos poucos, se expandem em Pernambuco atraídas pelo mercado interno, estadual e nordestino, bem como pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o complexo industrial e portuário de Suape como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas.

Esses são os vetores de continuidade e de mudança que atuam na área, onde o predomínio por ora tem se mantido na esfera da continuidade, havendo, porém, indícios de uma maior dinâmica da acumulação no espaço urbano que poderá, a médio prazo, alterar para melhor o quadro tradicional da região. Nesse contexto, como será visto ao longo deste trabalho, a possibilidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população da Zona da Mata pernambucana dependeria mais da evolução positiva de elementos exógenos associados ao vetor de mudanças que do vetor de continuidade representado pela manutenção, mesmo que “modernizado”, do peso do segmento sucro-alcooleiro.

Vale aqui ressaltar que o caso em exame mostra que o desenvolvimento de uma região nem sempre pode ser obtido a partir de atividades exportadoras, como advogam adeptos da chamada teoria da base exportadora, ou mesmo a partir apenas de atividades endógenas. Como se sabe, a Zona da Mata pernambucana é uma região que há séculos exporta derivados da cana e nem assim consegue melhorar seus indicadores de qualidade de vida da população. Na verdade, o caso em estudo está mais próximo de um enclave, tendo em conta a reduzida articulação da agroindústria canavieira com o resto de sua economia, bem como os elevados vazamentos de renda para outras regiões. Parece ser, assim, uma situação secular de subdesenvolvimento, onde a saída para um melhor padrão de vida da população está mais ligada à implantação de novas atividades, onde a política econômica tem papel crucial para definir formas de tornar a região mais atraente à valorização do capital para que essas novas atividades possam ser viabilizadas.

Na verdade o entendimento do funcionamento da economia da Zona da Mata pernambucana pode ser rastreado a partir de suas origens coloniais conforme a análise clássica de Furtado em Formação Econômica do Brasil. Embora alguns elementos tenham sido modificados, alguns traços mais marcantes mantêm-se até hoje. O que chama a atenção é a baixa capacidade estrutural de geração de encadeamentos de mercado interno, para frente ou para trás, a partir do fluxo de rendimentos gerados nessa economia, uma vez que as inversões, na era escravista, transformavam-se, em parte,

“(…)em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e de materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. (...) Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento de renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.” (p. 64)

No caso dos gastos em consumo também havia um mecanismo similar, sendo a maior parte deles realizada no exterior e uma outra parte resultante do uso do trabalho escravo para gerar bens e serviços, sem dispêndios monetários, portanto. A repercussão monetária que havia era, principalmente, ligada à compra de produtos da pecuária que foi aos poucos se interiorizando, também numa lógica pouco monetizada. Sendo assim, conclui Furtado:

“Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente

densa. Entretanto, o mecanismo da economia que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico.“ (p. 68).

Essa caracterização feita por Furtado, referente ao período colonial, pode ainda ser vista hoje na região, embora de forma menos “radical” no que diz respeito aos vazamentos da renda. Hoje a agroindústria canavieira usa trabalhadores assalariados que consomem bens e serviços ofertados pelo mercado e se abastecem de alguns insumos localmente. A intensidade desses efeitos multiplicadores, no entanto, é reduzida por serem os salários pagos muito próximos ao salário mínimo, gerando uma massa expressiva, mas nem tanto, sendo os insumos e os bens de capital das reinversões em sua maior parte provenientes de outras regiões, ainda que uma parte seja produzida no entorno da Zona da Mata, ou seja, na Região Metropolitana do Recife. No caso dos salários deve-se ter em conta também que o uso de mão-de-obra é mais intensivo na época da colheita da cana, o que significa que durante seis meses do ano estes trabalhadores ficam desempregados, portanto sem renda regular, e passam a depender de trabalhos eventuais, com o que se reduz o seu poder de compra e conseqüentemente as repercussões positivas desses gastos.

Assim, os efeitos multiplicadores do segmento sucro-alcooleiro sobre a base econômica da região ficam mais vinculados ao comércio varejista e atacadista, este em menor magnitude, à construção civil, aos pagamentos de impostos e ao desenvolvimento de serviços públicos e outros serviços, além de produtos derivados da agricultura mercantil de alimentos. Embora de alguma relevância, esses efeitos são débeis e continuam não originando o “processo de desenvolvimento de autopropulsão” para recuperar a terminologia de Furtado. Para que isso ocorra há que se romper com essa lógica predominante e atrair investimentos para outros segmentos produtivos, além de dinamizar a utilização de potencialidades locais, o que significa, em suma, a diversificação de atividades, seja a partir da atração de capitais externos à região, seja, complementarmente, através do desenvolvimento e atividades endógenas. O desafio da diversificação, que precisa ser enfrentado, defronta-se com a força da atividade canavieira, principalmente quando o mercado de açúcar e álcool mostra-se favorável, que domina a economia da região e assim as mudanças até aqui observadas têm evoluído lentamente, conforme será visto nas seções seguintes.

2. O panorama atual da ocupação dos solos e do padrão ocupacional

O setor sucroalcooleiro no mundo tem se transformado de maneira significativa nesses últimos anos, tendo como fatores destas transformações, por exemplo, a maior necessidade de açúcar pelas indústrias alimentícias e o aumento da demanda por combustíveis alternativos ao petróleo, altamente poluente, mas, que ainda figura como a fonte de energia mais importante do mundo. O Brasil é o principal agente produtor e exportador de açúcar, possuindo também, vantagem comparativa absoluta em relação aos demais países, tanto na produção de açúcar, quanto de álcool. Isto resulta de fatores como a secular experiência e a aptidão edafo-climática para o plantio da cana-de-açúcar, incentivos por parte do governo em sua produção, como o PROALCOOL, que teve importante atuação até o início da década de 1990, e a facilidade de crédito para investimento no setor, bem como o desenvolvimento de carros flex (movidos a álcool e gasolina), a partir de 2003, que em 2009 já representava 92% dos carros produzidos no Brasil.

A agro-indústria da cana no Brasil vem expandindo suas fronteiras agrícolas, principalmente no eixo centro-sul, em estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Este último, por exemplo, já na safra 2002/03, ultrapassou a produção do estado de Pernambuco, tradicional produtor, tendo registrado, na safra 2008/09, o dobro da produção pernambucana (segundo dados da ÚNICA), situada em torno de

17 milhões de toneladas por safra (média das cinco safras), em contraste com Minas Gerais, que na safra 2008/09, produziu algo em torno de 48 milhões de toneladas de cana. Esses dados, dos estados de Minas Gerais e Pernambuco, traduzem bem o que vem acontecendo com o setor sucro-alcooleiro nas regiões a que pertencem, ou seja, a expressiva expansão do setor no eixo centro-sul, e a perda de expressividade no cenário nacional do eixo norte-nordeste. Efetivamente, na safra 2004/05 a cana processada pela indústria do eixo norte-nordeste representava cerca 14,8% do total nacional e na safra 2008/09 apenas 11,2%. Concorre para isso, entre outros fatores, diga-se, a disponibilidade de área cultivável que é maior nos estados do Centro-Sul, estando esta no Norte-Nordeste, principalmente na Zona da Mata, já quase que totalmente ocupada.

A análise dos dados do IBGE sobre o uso do solo na Zona da Mata de Pernambuco demonstra, sem muitas dúvidas, que a cana-de-açúcar continua soberana no cotejo com outras culturas praticadas no território em estudo. Conforme os dados disponíveis na série Produção Agrícola Municipal, há uma forte regularidade na distribuição da área plantada entre as culturas mais importantes na área estudada, sendo as mesmas muito concentradas em torno de algumas poucas culturas e sendo ainda a cana-de-açúcar a que ocupa cerca de 90% da área plantada ao longo de uma série de anos que vai de 1998 a 2008 (Tabela 6). Banana, mandioca, coco-da-baía, feijão e milho são as culturas que, afora a cana, detém algum espaço no uso do solo plantado, porém com pouco peso no total. Note-se ainda que na série aqui observada a área cultivada com cana-de-açúcar sofre variações, de 348,9 mil ha em 1998, para 264, 6 mil ha em 2003, com recuperação gradativa até 2008 (341,5 mil ha), acompanhando as tendências do mercado de açúcar e álcool.

Tabela 6 – Zona da Mata de Pernambuco: Área Plantada das Principais Culturas – 1998/2008

Ano	Área Plantada	Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Feijão		Banana		Coco-da-baía		Outros	
		Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1998	387.955	348.968	90,0	10.463	2,7	2.597	0,7	2.377	0,6	12.983	3,3	7.038	1,8	3.529	0,9
1999	315.604	273.688	86,7	8.128	2,6	3.980	1,3	5.367	1,7	15.392	4,9	6.639	2,1	2.410	0,8
2000	312.335	271.878	87,0	6.292	2,0	3.783	1,2	4.752	1,5	16.806	5,4	5.895	1,9	2.929	0,9
2001	353.744	314.749	89,0	8.280	2,3	1.150	0,3	1.669	0,5	19.847	5,6	5.336	1,5	2.713	0,8
2002	335.275	296.946	88,6	8.789	2,6	1.505	0,4	1.960	0,6	17.136	5,1	6.260	1,9	2.679	0,8
2003	300.777	264.650	88,0	5.992	2,0	1.622	0,5	2.028	0,7	17.616	5,9	6.436	2,1	2.433	0,8
2004	302.781	268.466	88,7	6.616	2,2	1.248	0,4	1.768	0,6	15.683	5,2	6.559	2,2	2.441	0,8
2005	307.354	274.087	89,2	7.203	2,3	789	0,3	1.133	0,4	15.134	4,9	6.586	2,1	2.422	0,8
2006	309.382	276.850	89,5	6.104	2,0	873	0,3	1.142	0,4	15.842	5,1	6.657	2,2	1.914	0,6
2007	329.566	297.000	90,1	5.688	1,7	987	0,3	1.125	0,3	16.166	4,9	5.985	1,8	2.615	0,8
2008	380.439	341.503	89,8	7.609	2,0	1.432	0,4	1.949	0,5	18.645	4,9	6.479	1,7	2.822	0,7

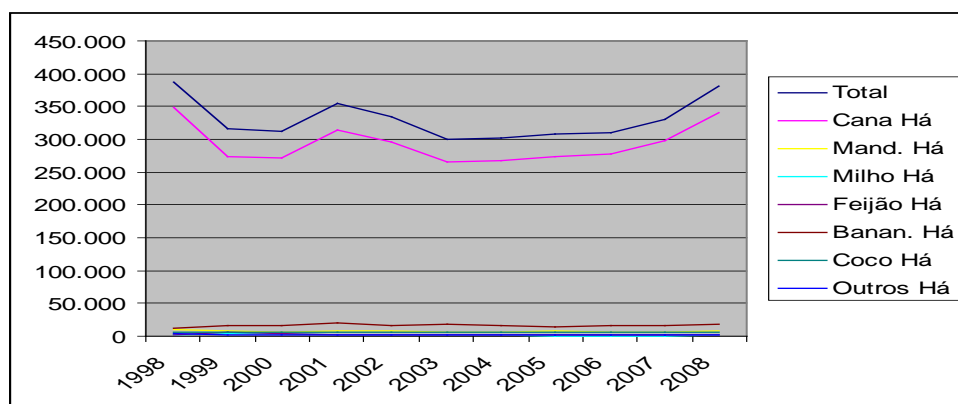
Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Vale observar que a elevada concentração da área plantada reproduz-se nas três micro-regiões que formam a Zona da Mata pernambucana, sendo que na micro-região de Vitória de Santo Antão a predominância da cana apresentou-se um pouco inferior até 2007 (pouco acima de 80%), mas em 2008 aproxima-se do patamar dos 90% observados nas demais micro-regiões (dados do IBGE-Produção Agrícola Municipal).

Na verdade, observando com mais cuidado os dados, pode-se ver que as variações da área plantada total acompanham a variação da área cultivada com a cana, a qual por sua vez, associa-se com as tendências do mercado de açúcar e álcool. No gráfico 3, essa tendência pode ser bem visualizada, podendo-se observar também a estabilidade da área cultivada com as demais culturas citadas. Assim, ao longo dos últimos dez anos a diversificação de culturas não se sobressai na região. Ou seja, a diversificação que parecia ter sido iniciada nos anos 1990, em vista do fechamento de várias unidades industriais do setor sucro-alcooleiro e da menor rentabilidade da cana para os produtores menores, terminou não avançando, ou foi abortada pela reestruturação do parque industrial e pela expansão da demanda de açúcar e álcool.

Essa hegemonia pode ser explicada por ser a cultura da cana uma das poucas na região que tem sua produção e comercialização bem estruturada,² conseguindo assim manter a dominação no cultivo mesmo nas terras que não são de propriedade das usinas de açúcar e álcool. Aliás, a estrutura de propriedade das terras é um outro fator que contribui para a estabilidade da área plantada com cana-de-açúcar, já que a maior parte das terras cultiváveis da região pertence às usinas de açúcar e álcool que cultivam a cana para abastecer as unidades industriais. Enquanto isso, nota-se em algumas propriedades que não pertencem às usinas o cultivo de banana e mandioca, principalmente, cuja área não se altera muito, provavelmente por conta das limitações de mercado, da menor rentabilidade, da comercialização deficiente, etc. Esse fato será retomado mais adiante neste trabalho, quando será abordada a reforma agrária e o uso da terra em seus assentamentos na Zona da Mata.

Gráfico 3: Zona da Mata de Pernambuco: Evolução da área cultivada (ha)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

² Isso significa comercialização assegurada pelas usinas, coleta da cana na propriedade e financiamento de capital de giro por bancos oficiais ou através de repasses das unidades produtivas.

3. Os vínculos formais de emprego na zona da mata pernambucana

Outra forma de olhar o panorama da economia da região em estudo é acompanhar a evolução dos vínculos formais de emprego, o que dá também uma idéia das atividades econômicas mais exercitadas na Mata como um todo, incluindo os segmentos urbanos. Para isso pode-se recorrer aos dados da RAIS, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Zona da Mata Pernambucana: Vínculos Formais de Emprego (1998/2008)

SUBSETORES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Extrat. Mineral	156	162	173	142	128	149	187	173	215	203	154
Minerais Não-Metálicos	1762	2112	2347	2305	2278	2163	2490	2486	2886	3198	3278
Metalurgia	171	192	557	1103	1154	1219	1371	1339	1221	1410	1226
Mecânica	76	76	57	60	85	97	100	99	120	165	159
Elétr. e Comunic.	68	69	86	226	136	69	62	93	135	71	99
Mat. Transporte	63	46	78	83	90	99	83	80	97	140	124
Madeira e Mobil.	229	273	260	268	277	256	291	320	316	298	348
Papel e Gráfica	407	406	414	437	407	430	459	498	572	581	745
Borracha, fumos e couros	187	195	189	205	105	106	111	119	172	216	137
Química	111	317	208	274	438	475	513	483	5333	503	597
Têxtil	639	697	579	677	527	560	601	626	485	625	561
Calçados	652	788	801	920	1065	209	1191	1219	1201	1189	1072
Alim. e Bebidas	34368	29714	33281	34921	32383	30517	35694	40468	41921	51283	52586
Utilid. Públicas	709	512	417	266	325	371	382	341	346	381	332
Const. Civil	897	546	664	712	885	512	592	763	1302	1732	2551
Comércio Varej.	7736	8737	9418	10379	11135	11298	12067	12908	14264	15836	16324
Comércio Atac.	575	650	732	788	930	967	878	1096	1065	1561	1862
Inst. Financeiras	497	476	470	446	495	505	514	633	637	653	854
Adm. Tecn. Prof.	1001	1015	1205	1133	1106	2471	1918	1803	984	879	1622
Trasp. e Com.	514	598	969	670	912	837	898	987	1041	1171	1199
Alojam. e Com.	1437	1644	1641	1837	1830	2202	1889	2290	2493	2720	3520
Medic. Odont. e Veterinária	1147	1040	1168	1216	1254	1208	1248	1345	1258	1266	1563
Ensino	1345	1495	1334	1856	1644	2101	2435	2345	2373	2475	2491
Adm. Pública	24681	24532	24755	26949	30028	31480	31908	36461	38909	42602	40536
Agricultura	23722	19533	22355	21940	27018	33812	32876	26644	28817	24092	19273
Outros/ignorados	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	103182	95825	104158	109813	116635	124113	130758	135619	148163	155250	153213

Fonte: MTE – RAIS

Em primeiro lugar, merece destaque na análise dos dados o crescimento de quase 50% no total de vínculos de emprego para a região da Mata ao longo dos dez anos da série, o que será aqui examinado com mais detalhes a seguir.

Em meio aos dados do emprego formal, destacam-se os subsetores alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista com quantitativos bem superiores aos demais e apresentando evolução positiva, exceto no caso do subsetor agricultura que cresce entre 1998 e 2003, caindo em seguida³. Note-se então que o subsetor alimentos e bebidas, exatamente onde se enquadram os vínculos de emprego da agro-indústria canavieira, é o que mais gera emprego, apresentando 52.586 vínculos em 2008 (34.368 em 1998).⁴

Essa predominância do emprego no segmento sucro-alcooleiro pode ser explicada pela elevada utilização de mão-de-obra nas atividades de cultivo da cana, notadamente na fase de colheita, onde a mecanização avançou em algumas etapas, porém a tarefa de corte da cana mantém-se muito dependente do uso de mão-de-obra, em boa parte por conta da declividade dos terrenos, que dificulta a introdução de máquinas para o corte, mas também por conta da existência de oferta de mão-de-obra cujos salários não são muito elevados.

Destaque-se ainda que os vínculos bastante expressivos e crescentes no item Administração Pública refletem um fenômeno relativamente comum nos estados e municípios brasileiros onde o emprego público é uma forma de acomodar parte da população economicamente ativa que não consegue se engajar em atividades privadas. Ao lado disso, refletem também a expansão de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, segurança, etc pressionados pelo crescimento demográfico e pelas maiores cobranças da sociedade para que o aparelho estatal preste seus serviços de forma mais eficiente, o que exige mais contratações.

Vale observar que, somados, os subsetores alimentos e bebidas e agricultura⁵ detinham, em 2008, 46,9% do total dos vínculos empregatícios, percentual que sobe para 63,7% ao se subtrair a Administração Pública do total do emprego. Isso demonstra, mais uma vez, o peso majoritário da agro-indústria canavieira no quadro da economia da Mata pernambucana (Gráfico 3), embora esse peso em 2008 tenha apresentado uma pequena redução em relação ao que era em 1998. Vale destacar ainda que em vista da maior informalidade do emprego na zona rural e do emprego familiar nos assentamentos de reforma agrária, que também cultivam cana-de-açúcar, que não aparecem nos dados da RAIS, esse peso deve ser bem superior ao que os dados disponíveis indicam.

Ademais, pelo Gráfico 3 pode-se notar que a curva do emprego em Alimentos e Bebidas apresenta tendência de crescimento similar, com inclinação um pouco mais acentuada, à do Comércio Varejista, sugerindo que, em sintonia com o que foi dito na Introdução deste trabalho, a expansão da economia canavieira impacta de forma significativa sobre o comércio varejista da região.

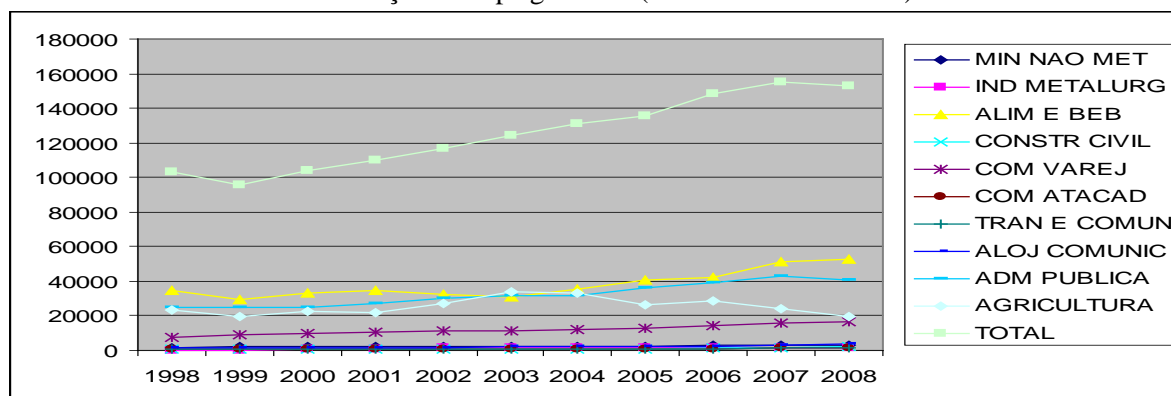
³ Os vínculos encontrados em Administração Pública apresentam também uma queda entre 2007 e 2008, depois de crescerem, consistentemente, 72,6% entre 1998 e 2007.

⁴ Note-se que, em 2008, os itens Fabricação e Refino de Açúcar e Produção de Álcool representaram cerca de 94% dos vínculos empregatícios incluídos em Alimentos e Bebidas (92,5% em 1998), conforme a RAIS.

⁵ No subsetor Agricultura, o item Produção de lavouras temporárias, onde se enquadra majoritariamente a produção de cana, detinha cerca de 78,0% em 2008 (77,4% em 1998), conforme detalhamento obtido da RAIS.

Outro aspecto a destacar nesse quadro do emprego no setor sucro-alcooleiro é a sua elevada sazonalidade em vista da maior intensidade de contratações no período do corte da cana, usualmente no período de setembro a março. Por conta da declividade de boa parte dos terrenos ocupados com cana na região a possibilidade de mecanização do corte ainda é pouco factível, porém sabe-se que há movimentações dos usineiros no sentido de adaptar máquinas já utilizadas em países, como a Austrália, com o objetivo de substituir a mão-de-obra na colheita, com o que também seria evitada a queima da cana antes do corte. Essa busca tem, além da motivação de reduzir custos, a intenção de atender às pressões ambientalistas contrárias à queima da cana antes da colheita.

Gráfico 3 – Zona da Mata-PE: Evolução do emprego formal (sub-setores selecionados)



Fonte: MTE – RAIS

Por conta disso, é provável que num futuro não muito remoto a demanda por mão-de-obra no setor seja significativamente reduzida, o que vai exigir da política pública atenções adicionais para a geração de ocupações que substituam o emprego atualmente existente no corte da cana.⁶ Caso isso venha mesmo a ocorrer, os efeitos multiplicadores da atividade canavieira que já são limitados tenderão a ser reduzidos, fato que torna mais premente a busca por novas alternativas de geração de emprego e renda.

Alguns destaques adicionais merecem ser feitos do ponto de vista da evolução setorial do emprego. Entre os setores que apresentam quantitativos menores de emprego, alguns deles surgem com crescimento mais expressivo nos últimos anos da série aqui considerada. São eles minerais não metálicos, metalurgia, química, calçados, transporte e comunicações e alojamento e comunicações, afora o comércio varejista cujo quantitativo é bem mais expressivo e também crescente, conforme já comentado. Tratam-se de atividades não tradicionais na região que vêm se expandindo, muito provavelmente, por indução da política de incentivos fiscais do Governo Estadual⁷ e do estímulo da política educacional de ensino superior ao setor privado.

Embora ainda pouco expressivos, esses dados indicam alguma diversificação de atividades urbanas, provavelmente em vista de projetos industriais ali localizados, seja pela proximidade com o Complexo de Suape, seja por indução da política estadual de incentivos fiscais, conforme já mencionado. No caso do

⁶ Em vista da expansão de atividades como construção civil e outras de menor qualificação, já percebe-se alguma migração de cortadores de cana para atividades urbanas, principalmente na Mata Sul, fato que diminui a disponibilidade de mão-de-obra para o corte de cana e pode gerar alguma pressão salarial, estimulando assim a adoção do corte mecanizado, caso persista essa maior absorção de mão-de-obra em atividades urbanas menos qualificadas.

⁷ Sobre isso, ver comentários na seção 6 deste trabalho.

setor alojamento e comunicações há ainda a destacar o papel indutor de novas atividades advindas dos atrativos turísticos de praias, principalmente, e engenhos de açúcar, que vêm se destacando nos últimos anos como atraindo investimentos e gerando emprego e renda na economia estadual.⁸

Por outro lado, vale observar que o desempenho conjunto dos demais setores mencionados na Tabela 10, ou seja, excetuando alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista, sugere a existência de alguma dinâmica de mudança no contexto das atividades urbanas. Ou seja, ainda que gradual e lentamente, pode-se perceber que um conjunto variado de atividades que geram um número menos expressivo de vínculos de emprego formal estão participando mais ativamente no quadro geral das atividades econômicas. Isso pode ser percebido com base na média de vínculos de emprego destas atividades, ou seja, aquelas que não as 04 citadas anteriormente, que no período 1998/2000 era de 13.455 (13,3% do total), passando para 23.390 (15,4% do total). Assim, por conta da política de incentivos fiscais do Governo do Estado e da exploração de potencialidades locais, a diversificação que não ocorre na zona rural está se configurando como possível de ocorrer nas áreas urbanas⁹, embora ainda em grau reduzido, à medida que o processo de acumulação na indústria e nos serviços vá ampliando seu âmbito, fenômeno que não se liga diretamente com a expansão da economia canavieira, vale frisar, em conformidade com o argumento exposto na seção introdutória deste trabalho.

4. Os assentamentos da reforma agrária e a cana-de-açúcar

Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, a reforma agrária vem sendo implantada na Zona da Mata num processo já expressivo com um número razoavelmente elevado de hectares tendo sido objeto de distribuição por parte do INCRA, em resposta à mobilização dos movimentos sociais, tais como Movimento dos Sem Terra (MST), FETAPE, Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base. Em função disso, cerca de 27,4 mil hectares estão de posse de assentados nas micro-regiões Mata Setentrional e Vitória de Santo Antão somadas, enquanto outros 105,6 mil hectares foram alocados a assentados na Mata Meridional (Tabelas 8 e 9). No total, são cerca de 132,9 mil hectares alocados entre 15.152 famílias (média de 8,8 hectares/família) para fins de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, uma área bastante expressiva, portanto, tendo em vista o total da área plantada em 2008, que ficou próxima de 380 mil hectares, ou seja, pouco mais de 30% desta. Claro que nesse total de área de reforma agrária deve-se ter em conta que parte não é cultivável por motivos variados, mas mesmo assim trata-se de uma área bastante significativa.

Os assentamentos são mais numerosos na Mata Sul e nesta nos municípios de Catende, Ribeirão, Água Preta, Tamandaré e Barreiros (Tabela 12). Na Mata Norte e na Mata Centro, num total de 44 assentamentos, foram alocadas 3.909 famílias numa área média de 7,0 hectares, enquanto na Mata Sul encontram-se 11.243 famílias, em 98 projetos de assentamentos, onde a área média é um pouco maior, ou seja, 9,4 hectares por família.

Importante destacar que o módulo rural considerado mínimo para a Zona da Mata é de 15 hectares, portanto bem superior à média encontrada nos assentamentos. Assim, antes de maiores considerações, vale destacar que a pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, ao lado das dificuldades conhecidas para efetivar as desapropriações, termina levando a área alocada às famílias assentadas a ser

⁸ O turismo cresceu bastante nos municípios de Ipojuca (no seu distrito de Porto de Galinhas) e em Tamandaré na Mata Sul. Essa atividade tende a se expandir e já apresenta efeitos positivos em termos de geração de emprego e renda, conforme pode ser visto em BRAGA e LIMA (2011).

⁹ Sobre isso, ver a seção 6 deste trabalho.

inferior àquela considerada mínima para a exploração racional, o que de saída reduz as chances de sucesso em termos econômicos das respectivas famílias.

Tabela 8- Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Norte (incluindo os municípios da Mata Centro) de Pernambuco.

Municípios da região da Mata Norte (e Mata Centro)	Nº de Assentamentos	Área (ha)	Nº de famílias	Área média por família (ha)
ALIANÇA	5	3.158,00	310	10
BUENOS AIRES	1	203,00	21	10
CAMUTANGA	2	1.291,30	145	8,9
CONDADO	1	263,00	89	3
GLÓRIA DO GOITÁ	2	903,67	121	7,5
GOIANA	4	9.118,05	1760	5,2
ITAMBÉ	1	22,00	22	1
ITAQUITINGA	2	729,00	68	6
NAZARÉ DA MATA	2	791,00	137	6
PAUDALHO	4	2.126,00	224	9
POMBOS	4	1.751,00	232	8
TIMBAÚBA	2	1.080,00	263	4
TRACUNHAÉM	4	1.754,00	153	11
VICÊNCIA	3	968,00	95	10
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	7	3227,40	269	1
Total	44	27.385,42	3.909	7

Fonte: INCRA

Tabela 9 - Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Sul de Pernambuco.

	Nº de Assentamentos	Área (ha)	Nº de famílias	Área média por família (ha)
ÁGUA PRETA	13	10148,52	1.107	9
AMARAJI	9	4.214,00	391	11
BARREIROS	12	6.583,00	644	10
BELÉM DE MARIA	3	1.168,00	115	10
CATENDE	3	24.086,00	4.354	6
CORTES	1	479,00	37	13
ESCADA	6	3.088,14	312	9,9
GAMELEIRA	7	6.610,00	842	8
JOAQUIM NABUCO	4	1.172,00	176	7
MARAIAL	1	6.222,90	274	23
PALMARES	3	1.785,00	166	11
QUIPAPÁ	2	2.287,00	176	13
RIBEIRÃO	6	21.947,00	1.196	18
RIO FORMOSO	5	3.138,37	264	11,9
SÃO BENEDITO DO SUL	2	738,00	54	14
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	9	3.872,00	374	10
TAMANDARÉ	12	8.038,00	761	11
Total	98	105.576,93	11.243	9,4

Fonte: INCRA

Em que interessa a discussão neste trabalho dos assentamentos implantados na Zona da Mata? Em termos mais sucintos, justifica-se por ser a reforma agrária uma via esperada da melhoria de qualidade de vida da população envolvida e pela expectativa adicional de que a produção familiar envolva um leque de culturas diversificadas, maior participação de culturas alimentícias e com maior agregação de valor. Caso isso estivesse ocorrendo, em outras palavras, a área cultivada na Zona da Mata estaria refletindo uma maior diversificação e uma menor participação da cana de açúcar. Como tal não está ocorrendo, vale aqui examinar o que se passa nos assentamentos em termos de uso do solo agrícola, principalmente. Para isso vamos recorrer a alguns trabalhos encontrados na literatura sobre o tema, ainda que de forma não exaustiva.

De uma maneira geral, o que se pode concluir dos trabalhos encontrados sobre assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco é que os mesmos enfrentam uma série de dificuldades para se viabilizarem economicamente. Um primeiro aspecto a ser considerado para entender estas dificuldades é a já referida área média de cada família, de 9,4 hectares na Mata Sul e de 7,0 hectares na Mata Norte, que é inferior ao módulo rural de 15 ha, o que limita muito a possibilidade de retorno econômico superior à subsistência (Pereira e Sousa, 2003). Além disso, as áreas são supridas com oferta inadequada de energia elétrica e apresentam às vezes necessidades de drenagem ou de irrigação, o que não é feito em vista dos custos envolvidos. As famílias assentadas também padecem pelo uso de técnicas de cultivo inadequadas, de dificuldades para liberação de financiamentos, da deficiência de assistência técnica, da escassa capacidade empresarial, principalmente por serem os assentados, em sua maioria, anteriormente trabalhadores assalariados no corte da cana. Ademais, nota-se uma carência mais pronunciada no aspecto comercialização da produção agrícola, geralmente feita através de atravessadores que, no caso das culturas alimentícias, não oferecem transporte para os produtos.¹⁰

Diante desse quadro de dificuldades com as culturas alimentícias, os assentados terminam mantendo boa parte de suas áreas produzindo cana-de-açúcar. Isso porque esta cultura oferece a possibilidade de comercialização mais bem estruturada, apesar de submetida, em termos de preços, ao monopólio da usina mais próxima que adquire a produção.

Assim, apesar de avanços na estrutura de posse da terra na região, a situação das famílias assentadas mantém-se em boa parte dependente dos interesses maiores das empresas do segmento sucro-alcooleiro. Configura-se assim uma combinação produtiva que é funcional à manutenção da cana no mix de produtos dos assentamentos e ainda à lógica do capital e à extração de valor. Isso porque, conforme ressaltam Silva Júnior e Machado (2008: 9): “Uma vez esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro de sua própria parcela.” Ou seja, com os assentamentos produzindo cana as usinas terminam tendo a possibilidade de reduzir custos, beneficiando-se do maior esforço do trabalho familiar no corte da cana de sua própria gleba. Adicionalmente, vale notar que os assentados para complementar a renda também tornam-se trabalhadores eventuais no corte da cana, o que mantém a oferta de mão-de-obra na área e ajuda a manter os baixos salários, reproduzindo uma situação de complementaridade latifúndio x minifúndio muito freqüente em outras regiões brasileiras e já vistas anteriormente na própria Zona da Mata.

¹⁰ Há que se considerar também que parece haver dificuldades no que diz respeito ao associativismo, o que, caso fosse mais intenso, poderia gerar ganhos em termos de capital social e de escala, por exemplo, associados ao uso compartilhado de equipamentos e instalações, bem como na comercialização de produtos.

Há assim que se redirecionar a atual política de assentamentos no sentido de buscar para as famílias assentadas uma situação menos dependente das necessidades de acumulação do capital do segmento sucro-alcooleiro, incentivando o associativismo, mesmo com todas as dificuldades que isso significa, a melhor capacitação dos seus membros e criando mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos, afora a cana, que venham a produzir.

Percebe-se pelo exposto que a possibilidade de diversificação produtiva da Zona da Mata pernambucana, desejável pelo potencial de maior geração de renda para os assentados, a partir da reforma agrária, embora não descartável, enfrenta dificuldades internas e externas aos assentamentos, as quais precisam ser melhor enfrentadas, de forma mais abrangente, portanto, pelas políticas públicas e pelos órgãos gestores dos assentamentos¹¹. Sem que isso ocorra, a reforma agrária termina atuando a favor da manutenção da cana-de-açúcar em parte significativa das parcelas e ainda contribuindo, através do assalariamento sazonal, para a redução de custos com mão-de-obra nas áreas de cultivo da cana de usinas e de fornecedores maiores.

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foi mostrado um panorama do quadro atual da economia da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar elementos de continuidade e de mudança. No final das contas, o “mais do mesmo”, ou seja, a continuidade, é bem mais perceptível que o novo e assim são reproduzidas as relações assimétricas e a baixa capacidade de gerar o “processo de desenvolvimento de autopropulsão” conforme Furtado, que ainda caracteriza esta economia.

Os sinais de manutenção podem ser vistos no domínio esmagador da cana-de-açúcar quanto à área plantada na Zona da Mata, em suas três micro-regiões e ainda no que diz respeito à geração de empregos, onde os segmentos agricultura e alimentos e bebidas, onde se abriga o setor sucro-alcooleiro, aparece como o maior gerador de vínculos formais de emprego. Para reafirmar o mais do mesmo contribui, sem dúvida, a retomada em moldes mais atualizados do ponto de vista tecnológico e gerencial do segmento agroindustrial da cana-de-açúcar, atrelado que é ao desempenho favorável dos mercados consumidores de açúcar, álcool e de energia, que levam as usinas remanescentes na região a retomarem investimentos e a ampliarem a área de cana, em sintonia com a expectativa de colherem lucros e consolidarem suas posições no ambiente mais estável que se afigura para o segmento. Contribui também para isso, destaque-se, a estrutura de propriedade das terras, que mantém-se muito concentrada, em que pese o avanço da reforma agrária, nas mãos dos proprietários das usinas de açúcar e álcool.

Vale notar também que a possibilidade de diversificar a área plantada com culturas alimentícias ou para processamento industrial nos assentamentos de reforma agrária está sendo frustrada por conta de dificuldades do lado da comercialização, da assistência técnica e do crédito. Com isso, as famílias assentadas mantêm boa parte de suas áreas com a plantação de cana e ainda participam muitas vezes do

¹¹ Para um entendimento mais aprofundado das dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas faz-se também necessário um maior esforço de pesquisas que tenham essa preocupação.

processo produtivo da mesma, fora de seus lotes, como assalariados sazonais empregados nas tarefas do corte.

Ao fazerem isso, vale ressaltar, as unidades produtivas do segmento sucro-alcooleiro reafirmam o padrão histórico de extração de sobretabalho de pequenos produtores familiares, enquanto ampliam a área de canas próprias como forma de compensar, ao menos parcialmente, as desvantagens relativas de custo face à menor favorabilidade das condições de produção postas pelo relevo mais acidentado e pelo regime de chuvas não tão adequado em parte considerável da região, notadamente na Mata Norte.

Nesse contexto, a mudança vem vindo de forma lenta, embora seja perceptível, mais nos espaços urbanos, o que poderá, a mais longo prazo, contribuir para um melhor padrão de ocupação da mão-de-obra disponível e hoje refletida em taxas de desemprego sazonal bastante elevadas.

A perspectiva de um melhor padrão de qualidade de vida, que poderá advir da diversificação de atividades no meio urbano, nessa região, entretanto, depende muito da manutenção do quadro mais geral de dinamismo observado na economia de Pernambuco, onde os investimentos industriais e nos serviços vêm despontando e se afirmando, com desdobramentos que estão já perceptíveis em algumas cidades da Mata, seja em projetos industriais ou de serviços, seja em repercussões indiretas da própria atividade canavieira nos setores de comércio varejista, educacional, imobiliário, etc. Para isso, há necessidade de continuidade e intensificação de medidas de política econômica, estaduais e federais, que viabilizem a maior atratividade da região aos investimentos.

Afora isso, deve-se aqui destacar a necessidade de melhor estruturação e de geração de alternativas mais rentáveis para a diversificação produtiva a partir dos assentamentos da reforma agrária, com base em melhor assistência técnica e apoio à comercialização de culturas alimentícias, ou mesmo de outras voltadas para o processamento industrial, além da reformulação da própria política de reforma agrária no sentido de ampliar o tamanho dos lotes dos assentados, tornando-os mais próximos dos 15 hectares considerados como mínimos para o sustento das famílias assentadas.

Referencias Bibliográficas

BRAGA, N. P. e LIMA, J. P. R., 2011, **O Papel do Cluster de Turismo de Porto de Galinhas no Desenvolvimento Local**, *Revista Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, No. 11, mai/ago (no prelo).

CARLINI JÚNIOR, R. J. et al, s/d, **Alternativa de Diversificação Econômica para a Zona da Mata do Estado de Pernambuco: o Caso das Flores Tropicais**, em <http://www.sober.org.br/palestra/2/1090.pdf>, acesso em 31/10/10.

CARLINI JÚNIOR, R. J, SILVA, F. J da e LISBOA FILHO, W, 2004. **A pluriatividade da zona da mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica**, em *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, Ano 6, número 15, ago.

CARVALHO, C. P. de O., 2002, **Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: o Caso do Setor Sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001**, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A. (Orgs.), *A Agroindústria Canavieira no Brasil*, São Paulo: Atlas. DUBEAUX, A. e GALINDO, O., 2010, **O Turismo: da Área Rural ao Litoral**, em GALINDO, O. (Org.) 2010.

FURTADO, C. , 1959, **Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

- GALINDO, O. (Org.), 2010, Zona da Mata Pernambucana: uma Economia em Transformação, Recife: Massangana (no prelo).
- KAKOVICZ, J., 2010, Orgânicos Mudam Vidas em Goiana, Recife: Diário de Pernambuco, 06/10/2010.
- LIMA, J. P. R., 1998, The National Alcohol Programme, State and Capitalism in Northeast Brazil, Ph. D. Thesis, University College London, Londres: London University.
- LIMA, J.P.R., 2006, Cachaça artesanal e vinhos finos no nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas, Revista Econômica do Nordeste, v.37, p.609 - 628, 2006.
- LIMA, J. P. R. e CAVALCANTI, C. M. L., 2001, Do engenho para o mundo? A produção de rapadura no Nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas. Revista Econômica do Nordeste, v.32, p.950 – 973.
- LIMA, J. P. R. e SICSÚ, A. B., 2002, Zona da Mata Pernambucana: Diversificação Produtiva ou Retomada da Cana-de-açúcar?, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A. (Orgs.), A Agroindústria Canavieira no Brasil, São Paulo: Atlas.
- NASTARI, P., 2010, Preço do Açúcar volta a aumentar no mercado internacional, Folha de São Paulo, 17/09/10.
- PEREIRA, J. M. e SOUZA, M. M. M. de, s/d, Resultados Econômicos dos Assentamentos Rurais da Zona da Mata de Pernambuco, em <http://www.sober.org.br/palestra/12/110473.pdf>, acesso em 28/10/2010.
- SICSÚ, A. B., KELNER, S. e FERREIRA, S., 2010, Indústrias Sucroalcooleiras de Pernambuco: mudanças recentes e seus impactos econômicos.
- SEBRAE-PE. Projeto Setorial Integrado de Promoção das Exportações de Flores e Folhagens de Corte de Pernambuco – PSI. Recife, 2003.
- SILVA JÚNIOR, J. P. e MACHADO, M. R. I. de M., 2008, Assentamentos de Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco: Monopolização das Usinas nos Territórios Camponeses, http://egal2009.easyplanners.info/area06/6512_DA_SILVA_JUNIOR_JOSE_PLACIDO_.pdf, acesso em 28/10/2010.
- VIDAL, M. F. e GONÇALVES, M. F., 2008, Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB: Mercado e estrutura da cadeia produtiva. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

SITES CONSULTADOS:

www.sindicucar.com.br/?acao=estatisticas.

www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=18&i=P.

WWW.unica.com.br/Estatisticas